

Maria de Fátima Abraços

**Documentos para a protecção, gestão e salvaguarda do Património.
Da Carta de Atenas à Carta de Cracóvia**

A noção de património está ligada ao coleccionismo, que existindo já desde a Antiguidade se tornou mais evidente com o Renascimento, época em que assistimos a um aumento do individualismo, à liberdade do artista e ao incremento do mecenato individual. Os mecenas procuravam proteger e adquirir as “antiguidades” gregas e romanas para as suas colecções e acrescentavam-lhes “raridades” e “curiosidades” etnográficas trazidas dos “novos mundos” e de povos até aqui desconhecidos da realidade Europeia. O interesse pela arqueologia, a criação de museus, academias e bibliotecas aumentou e com eles generalizou-se a ideia de conjunto, de colecção unitária e o coleccionismo adquiriu um cariz mais científico. O romantismo, defendendo o gosto pelas ruínas, pelos jardins e pela paisagem natural, trouxe consigo a ideia de património natural e de conservação *in situ*. A obra devia continuar integrada no meio natural onde tinha sido concebida.

A ideia de protecção do património cultural através de códigos legais viria a ser consagrada, nos Estados Unidos com o “Código Lieber” em Abril de 1863, que obrigava a proteger colecções científicas, bibliotecas, escolas, museus, observatórios e hospitais dos ataques armados. Este código viria a inspirar o primeiro regulamento legal internacional deste tipo para situações de guerra: a declaração de Bruxelas de 1874. Estava aberto o caminho para a primeira Convenção de Haia de 1899, a partir da qual o património cultural ficaria sob a protecção de um tratado internacional e não podemos esquecer que, em 1840, tinha sido já publicada em França a primeira lista de monumentos classificados e que a partir da difusão desta lista, as ideias de conservação e restauro passariam a ter maior audiência.^[1]

Na sequência da realização de convénios, conferências, acordos nacionais e internacionais, temos assistido, ao longo do século XX e do nosso século, à publicação de legislação com o objectivo de salvaguardar os bens culturais com efectivo interesse para a humanidade.

A II Conferência Internacional para a Conservação Artística e Histórica dos Monumentos. A Carta de Atenas

Na sequência da I Conferência realizada em Roma em 1930, o Instituto de Cooperação Intelectual da Sociedade das Nações realizou no ano seguinte, em Atenas, com o apoio do ICOM, a II Conferência Internacional para a Conservação Artística e Histórica dos Monumentos, de que resultou a publicação da *Carta de Atenas*, que constitui o primeiro documento oficial, com carácter internacional, sobre a conservação do património. Esta Conferência reuniu 118 participantes, arqueólogos, arquitectos, conservadores de Museus, historiadores de arte e funcionários dos monumentos históricos. Todos eles, eram representantes de países europeus, à excepção de um arqueólogo americano, que se encontrava a trabalhar em Atenas. Esteve presente uma importante representação grega relacionada com o restauro da Acrópole, o que decidiu que a Conferência se realizasse nesta cidade. As Actas da Conferência, com o texto das cinquenta e seis comunicações, foram publicadas no mesmo ano com o título: “La

Conservation des monuments d’art et d’histoire”, mais conhecida como *Carta de Atenas*, como já referimos. Das suas conclusões sobressaem as seguintes recomendações: respeito pela obra histórica e artística do passado, sem proscreever o estilo de qualquer época; manter a ocupação dos monumentos, que assegure a sua continuidade e cuja afectação respeite o seu carácter histórico ou artístico. Quanto aos materiais de restauro, os especialistas defendem o uso do emprego de materiais modernos para a consolidação dos edifícios antigos e o emprego das técnicas modernas e especialmente do cimento armado. Os novos materiais devem ser dissimulados de modo a não alterar o aspecto e o carácter do edifício a restaurar. Os membros desta Conferência consideraram que a garantia mais segura da conservação dos monumentos e obras de arte reside na afeição que os povos lhes dedicam. A conservação dos monumentos e obras de arte do passado interessa à comunidade dos povos, princípio que apela a uma colaboração internacional dos poderes públicos e também dos técnicos. Necessidade de uma acção dos poderes públicos com vista a desenvolver na população o respeito pelos vestígios do passado, seja qual for a civilização ou época desses vestígios. [2]

A representação de Portugal no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos

Tendo como fonte a Conferência de Atenas, o II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos realizou-se, em Veneza, em 1964. Foi elaborado um novo documento sobre restauro, conhecido pela *Carta de Veneza*, onde o conceito de património foi alargado e estendeu-se também à arquitectura vernacular.

Portugal fez-se representar, no Congresso, por uma delegação constituída pelos engenheiros José Magalhães Cruz Azevedo e Luís de Lima Almeida d’ Eça, pelo arqueólogo D. Fernando de Almeida, e os dirigentes da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, José Cardoso dos Santos, chefe de repartição, o arquitecto João Vaz Martins, Director do serviço de Monumentos Nacionais, o engenheiro José Pena Pereira da Silva, Director-Geral e o arquitecto Luís Benavente, que participou na redacção final da *Carta*.

A DGEMN apresentou na 2ª Mostra Internacional de Restauro Monumental, em Veneza, pela ocasião do Congresso, seis painéis com exemplos de intervenções desenvolvidas no país, de modo a apresentar modelos de actuação de acordo com os princípios em discussão: a aplicação da ciência e da técnica modernas no campo do restauro e a reutilização de monumentos no quadro da vida moderna (conservação activa dos monumentos). Para a exemplificação do primeiro princípio foram escolhidos os trabalhos arqueológicos desenvolvidos na Citânia de Sanfins e de Idanha-a-Velha (Egitânia), a consolidação dos mosaicos de *Conimbriga* e da *villa Cardílio*, em Torres Novas, o restauro da Torre do Castelo de Santa Maria da Feira, da cúpula da Igreja Mosteiro da Serra do Pilar, das estátuas de chumbo dos jardins do Palácio Nacional de Queluz, da recuperação dos frescos da Igreja de Fonte Arcada e o restauro do painel da Madre de Deus: “Entrega da Regra a Santa Clara”. Como exemplificação do segundo princípio foram apresentados os casos da adaptação do núcleo central do Castelo de Óbidos a Pousada e a recuperação do aglomerado urbano antigo de Bragança.

Da Carta de Veneza à Carta de Cracóvia. Os conceitos de conservação e restauro

Para os que participaram na elaboração da *Carta de Veneza*, restaurar era uma operação de carácter excepcional, “com o fim de conservar os valores estéticos e históricos de um monumento, com base no respeito pelos seus elementos ou essência antiga e pelos documentos autênticos que o constituíam”. Passou-se a dar importância ao estudo arqueológico prévio, anterior ao restauro e ao estudo dos registos de todas as épocas. A noção de património e de monumento estava em mudança. A acção legisladora deveria cair também na arquitectura vernacular, no conjunto urbano e rural. Esta ideia foi reforçada em 1975 na *Carta Europeia do Património Arquitectónico* e desenvolvida numa série de Cartas, Declarações e Convenções publicadas ao longo dos anos 70 e 80. O conceito de “bem cultural”[3] vai-se alargando a todo o tipo de “objecto de arte e cultura”, conforme o que vem expresso no artigo 1º da *Carta Italiana de Restauro* de 1987, salientando **que todos temos a obrigação de conservar a herança cultural recebida e transmiti-la ao futuro**. Na *Carta de Veneza* passa a definir-se “monumento histórico” como “a criação arquitectónica isolada, assim como o sítio urbano ou rural que transportam o testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”.

Em 1969, é publicada pelo Conselho da Europa a *Convenção Europeia para a Protecção do Património Arqueológico*,[4] que define como “bens arqueológicos” “os vestígios, os objectos ou todos os traços de manifestação humana, que constituem um testemunho de épocas e de civilizações em que a principal ou uma das principais fontes de informação científica é assegurada pelas escavações ou pelos achados, sendo (...) “um elemento essencial para o conhecimento do passado das civilizações”. **A evolução do conceito de património acompanha em paralelo o empenhamento na sua conservação, pois há que assegurar a continuidade e a sobrevivência da nossa memória.** “A conservação deve procurar manter ou restabelecer a unidade sem subverter elos artísticos e históricos e sem alterar as marcas da passagem do tempo sobre o objecto, mantendo a sua autenticidade.”[5] “A conservação é a acção entreposta para retardar ou impedir a deterioração dos bens culturais ou dos danos sobre estes, pelo controle do meio-ambiente ou do tratamento da sua estrutura de modo a mantê-los num estado estável. É prolongar a vida de uma obra de arte pela eliminação das degradações naturais ou acidentais e das suas causas”.

A conservação inscreve-se no processo complexo de intervenção de salvaguarda. A salvaguarda define-se como a garantia de protecção, de não intervenção sobre o objecto. A acção deverá recair sobre o meio-ambiente, sobre os elementos periféricos, de modo a assegurar um ambiente protector do objecto, sem tocar directamente nele. Conservação e restauro, sendo diferentes, têm em comum o facto de se oporem à deterioração. A conservação está ligada à manutenção, à protecção e salvaguarda; o restauro à perda, ao desgaste.

Para o arquitecto Charles-André Meyer o restauro, operação curativa de manutenção, é a acção desenvolvida para tornar compreensível, com um mínimo de perda de integridade estética e histórica, uma obra de arte deteriorada ou danificada. Na medida do possível os materiais utilizados no restauro devem poder ser mais tarde extraídos ou retirados do objecto conservado, sem perigo para a integridade deste.[6]

Em 1964, no II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, reunido em Veneza, de 25 a 31 de Maio, ficaram definidos os conceitos de conservação e restauro, salientando as preocupações com a manutenção, utilização, envolvimento dos monumentos, permanência *in situ* e conservação de todos os elementos decorativos. Lembramos algumas das suas recomendações:

«Artº 4: A conservação dos monumentos impõe em primeiro lugar uma manutenção permanente dos mesmos.

Artº 7: O monumento é inseparável da História, da qual é testemunho, e também do meio onde está inserido. Consequentemente, a deslocação de um monumento, na totalidade ou apenas de uma parte, não pode ser permitida, a não ser que a sua salvaguarda o exija, ou quando razões de relevante interesse nacional ou internacional o justifiquem.

Artº 8: Os elementos de escultura, pintura ou decoração que fazem parte integrante de um monumento não se podem separar dele senão quando esta seja a única medida susceptível de lhes assegurar a conservação.

Artº 9: O restauro é uma operação que deve ter um carácter excepcional. Destina-se a conservar e a revelar os valores estéticos e históricos dos monumentos e baseia-se no respeito pelas substâncias antigas e pelos documentos autênticos, ou seja pela antiguidade ou pela autenticidade. (...).

Artº 12: Os elementos destinados a ocupar as falhas existentes devem integrar-se harmoniosamente no contexto, tendo que se distinguir das partes originais, a fim de que o restauro não falseie o documento de arte e de história.

Artº 15: Os trabalhos de escavação devem executar-se em conformidade com as normas científicas e com a “Recomendação definidora dos princípios internacionais a aplicar em matéria de escavações arqueológicas”, adoptada pela Unesco em 1956.

No caso de Itália, só em 1972 foi posta a circular, pelo Ministério da Instrução Pública, a Carta de Restauro e distribuída a todos os directores e chefes dos Institutos autónomos, com a disposição de se seguir os seus princípios em toda a intervenção de restauro. Apresentamos dois dos seus artigos relacionados com a salvaguarda e restauro:

«Artº1: Todas as obras de arte de qualquer época, na acepção mais ampla, que vai desde os monumentos arquitectónicos até aos de pintura e escultura, incluindo os fragmentados e, desde o achado paleolítico às expressões figurativas das culturas populares e da arte contemporânea, a qualquer pessoa ou organismo a que pertençam, para efeito da sua salvaguarda e restauro, são objecto das presentes instruções que tomam o nome de “Carta de Restauro 1972.

Artº 4: Entende-se por salvaguarda qualquer medida de conservação que não implique a intervenção directa sobre a obra; entende-se por restauro qualquer intervenção destinada a manter em funcionamento, a facilitar a leitura e a transmitir integralmente ao futuro as obras e os objectos definidos nos artigos precedentes.

Mas será o ICOMOS que, em 1990, emitirá a Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico, que actualiza e completa o documento de 1956.^[7] Esta Carta de 1990, com base nos princípios gerais expressos na Carta de Veneza, enuncia nove princípios fundamentais e recomendações internacionais para a protecção do património arqueológico dos quais destacamos:

«Artº 2: As políticas de protecção do património arqueológico devem ser integradas nas políticas da agricultura, ocupação dos solos, meio-ambiente e educação e à escala nacional, regional e local com a participação activa da população.

Artº 3: A protecção deste tipo de património além de ser uma obrigação moral para cada ser humano é também da responsabilidade pública colectiva pelo que cada país deve criar uma legislação que garanta a conservação deste património, concedendo um lugar importante à conservação *in situ* e à investigação.

Artº4: Deve-se dar grande importância aos inventários como instrumentos de trabalho. **“O inventário deve ser uma obrigação fundamental para a protecção e gestão do património arqueológico”**. O inventário entende-se tanto “como uma base de dados”, como “uma das fontes primárias com vista ao estudo e à investigação científica”. (...).

Artº6: Conservar *in situ* monumentos e sítios deverá ser o objectivo fundamental da conservação do património arqueológico, reclamando “a necessidade de uma manutenção, uma conservação e uma gestão convenientes”.

Artº8: Também reconhece que a apresentação ao público do património arqueológico contribui para o conhecimento das origens e desenvolvimento das sociedades e é o meio mais importante para fazer compreender a necessidade de proteger este património. Reclama a qualificação profissional e apresenta recomendações gerais de orientação da formação arqueológica universitária, que deve ter em conta as mudanças das políticas de conservação, menos preocupadas pelas escavações e mais atentas à conservação *in situ* e ao estudo dos materiais.

Artº9: Destaca, finalmente, a cooperação internacional como “essencial para enunciar e fazer respeitar os critérios de gestão deste património”, pois ele pertence à Humanidade».

Em 1994, a Direcção Regional de Lisboa do IPPAR iniciou a distribuição de um conjunto de fichas, contendo a legislação Nacional de maior relevância para a salvaguarda do património arquitectónico e arqueológico, bem como de algumas Cartas e Convenções Internacionais. O bom acolhimento por parte dos profissionais levou à publicação de um conjunto de cadernos subordinados ao tema: Informar para proteger: “Critérios. Classificação de bens imóveis”; “Legislação Nacional” e “Cartas e Convenções Internacionais”. Em Abril de 2004, Flávio Lopes e Miguel Brito Correia apresentam a tradução para português de 34 cartas, recomendações e convenções internacionais produzidas por organismos de grande projecção, como a UNESCO, o Conselho da Europa, o ICOMOS e outros, na publicação do *Património arquitectónico e arqueológico. Cartas, recomendações e convenções internacionais*, Livros Horizonte, com o apoio da Comissão Nacional da UNESCO e do IPPAR.

A Carta de Cracóvia

Mais recentemente, foi apresentado, aos responsáveis pelo património, um conjunto de princípios a usar como modelo na salvaguarda dos bens culturais. Trata-se da Carta de Cracóvia de 2000, [8] que foi publicada oficialmente com os auspícios da União Europeia e veio modernizar a paradigmática Carta de Veneza (1964), que se mostrava desactualizada, face às grandes transformações culturais dos últimos quarenta anos. O novo documento propõe, para os nossos dias, que “a conservação possa ser realizada mediante diferentes tipos de intervenção como o controlo do meio ambiente, a manutenção, a reparação, a renovação e a reabilitação. A manutenção e a reparação são uma parte fundamental do processo de conservação do património. (...)

No processo de restauro, devem participar todas as disciplinas pertinentes e a coordenação deverá ser levada a cabo por uma pessoa qualificada e devidamente formada em conservação e restauro.”

(...) As técnicas de conservação ou preservação devem estar estritamente vinculadas à investigação pluridisciplinar científica sobre materiais e tecnologias usadas para a construção, reparação e/ou restauro do património edificado. (...) Qualquer material e tecnologia novos devem ser rigorosamente testados, comparados e compreendidos antes de serem aplicados. Apesar da aplicação *in situ* de novas tecnologias poder ser relevante para a manutenção da construção original, estas devem ser continuamente controladas tendo em conta os resultados obtidos, o seu comportamento posterior e a possibilidade de uma eventual reversibilidade. (...) Deve dar-se particular atenção à optimização dos custos do processo. Como parte essencial deste processo é necessário identificar os riscos a que o património pode estar sujeito. (...) A qualidade dos ofícios e o trabalho técnico durante os projectos de restauro devem ser reforçados com uma melhor formação profissional dos operários envolvidos. (...) Os profissionais da conservação devem dedicar uma particular atenção aos recém-formados neste campo, pois estes em breve poderão começar a sua prática como profissionais independentes.”[9]

Em Portugal, na tentativa de seguir as normas internacionais de protecção e gestão do património foram criadas, na década de oitenta do século XX, as escolas profissionais, onde foram abertos cursos de conservação e restauro de bens culturais com a duração de 3 anos lectivos, para alunos com o 9º ano, formando técnicos restauradores aptos a reparar peças e obras de arte, tais como pinturas, esculturas, cerâmicas e mobiliário, utilizando técnicas apropriadas de forma a respeitar as características das obras, nomeadamente o estilo e época.

No mesmo âmbito, mas para dar resposta à necessidade de quadros de formação superior foi criada a Escola Superior de Tecnologia de Tomar, que passou a oferecer uma licenciatura de cinco anos em Conservação e Restauro, organizada pelas áreas científico-pedagógicas de Arqueologia e Pré-História, de Arte, de História, de Conservação e Restauro, de Física e Química, de Materiais, de Bioquímica. O curso utiliza também os Laboratórios de Conservação e Restauro, que funciona com a colaboração de técnicos especialistas nas áreas da Pedra, Cerâmicas, Madeiras, Metais, Pintura, Escultura e Fotografia.

Mas foi José de Figueiredo, Director do Museu Nacional de Arte Antiga, que desde 1911, divulgou os princípios do restauro, ao promover a criação da Oficina de Restauro de Pintura dependente do então Ministério da Instrução Pública. No seguimento dos princípios defendidos na Carta de Veneza e tendo em conta a necessidade de técnicos especializados no restauro, o Instituto José de Figueiredo foi oficialmente reconhecido em 1965 e integrado na Direcção-Geral do Ensino Superior de Belas-Artes do Ministério da Educação.

Em 1980, com a criação do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), este Instituto de restauro passou, como Direcção de Serviço, a depender do IPPC e, com o apoio do Instituto de Emprego e Formação Profissional, no ano seguinte, promoveu o 1º Curso de Conservação e Restauro. Em 1989, é criada, no seio da Secretaria de Estado da Cultura, a Escola Superior de Conservação e Restauro (ESCR) integrada no Ensino Superior Politécnico e mais tarde, elevada a Ensino Universitário, foi integrada no Departamento de Conservação da Universidade Nova de Lisboa, onde as técnicas de conservação ou preservação passaram a estar estritamente vinculadas à investigação pluridisciplinar científica.

Também a inventariação tem vindo a afirmar-se como um novo instrumento de investigação e gestão, um pilar fundamental e obrigatório para uma estratégia de salvaguarda e valorização do património.

(Adaptado de Fátima ABRAÇOS, *Para a História da Conservação e Restauro do Mosaico Romano em Portugal*, Capítulo I, pp. 69-82. Tese de Doutoramento em Conservação e Restauro do Património apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa. Instituto de História da Arte. Lisboa 2006)

[1] Este século viu também nascer as primeiras leis do Direito Internacional dedicadas à protecção da propriedade cultural em períodos de conflito militar. Durante o conflito que opôs a Grã-Bretanha e os Estados Unidos foi apreendido pela marinha britânica um navio que transportava obras de arte pertencentes ao Museu de Filadélfia. O Tribunal do Canadá foi o mediador neste conflito e concluiu que “a arte faz parte do património cultural da Humanidade e portanto deve ser protegida da captura durante a guerra”. Em 1815, a Convenção de Paris, depois da derrota de Waterloo levantou o problema do saque feito pelos franceses. A França era obrigada a devolver os bens conquistados.

[2] Françoise CHOAY, edição de (2002) – *La Conférence d'Athènes sur la conservation artistique et historique des monuments (1931)*. Les Éditions de l'Imprimeur. Collection de Villes.

[3] O conceito de “bem cultural” aparece pela primeira vez no Convénio de Haia, 1954, preparado pela UNESCO e ratificado por quase todos os países do mundo. Maria José Martínez JUSTICIA (2000) - *Historia y teoría de la conservación y restauración artística*, Tecnos, Madrid, p. 394.

[4] O percurso do conceito de património arqueológico não difere muito do percurso realizado pelo do património arquitectónico e urbano. Porém, a sua introdução é mais tardia, só passou a ser considerado em larga escala com as campanhas napoleónicas ao Egipto. Napoleão designou uma comissão para proceder ao levantamento sistemático dos monumentos, que os descreveu e os ilustrou. Estas gravuras circularam pela Europa, contribuindo para o conhecimento dos vestígios arqueológicos do Egipto. *Description de l'Égypte ou recueil des observations et des recherches qui ont été faites en Égypte pendant l'expédition de l'armée française* (1997) - publié sous les ordres de Napoléon Bonaparte. Préface Sydney H. Aufrère, Bibliothèque de L'Image, Tours.

[5] Maria João Pinto COELHO (1998) - Intervir no Património. Conceitos e opções, *Urbanidade e Património*, IGAPHE, Lisboa, p. 47.

[6] Charles-André MEYER, *L'Architecture Patrimoniale*, Editions Anthony Krafft, Bibliothèque des Arts, Paris-Lausanne, s/d, p. 26.

[7] Ignacio GONZÁLEZ-VARAS (1999) - *Conservation de Bienes Culturales*, Manuales Arte Cátedra, Madrid, pp. 482-483.

[8] Maria João B. NETO (2002) - Carta de Cracóvia 2000. Os princípios de restauro para uma nova Europa. *Património. Estudos*, 3, pp. 93-99.

[9] ID., *ibid.*, pp. 95-98. Maria João Neto apresenta a tradução integral do documento de onde foram retirados estes excertos. Vide: Maria João NETO, *op. cit.*, pp. 93-99.